



MICROGRÁFICA NO GERENCIAMENTO DA INFORMAÇÃO

FLASH

Nº

002



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
TRIBUNAL DE CONTAS

CONTAS DE GESTÃO
2002

**** Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro ****
02/003076 **18.036-3/03**

Dt. Cad : 29/05/2003 Of.: Dt. Of.: / N° Orig.:
Origem : TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO RJ
Natureza : OUTROS/*
Int. Principal : MARCO ANTONIO BARBOSA DE ALENCAR
Observação : COPIA PROC TCE 104.885-5/03 (REF CONTAS DE GESTÃO GOVERNO ESTADO RIO DE JANEIRO - EXERCÍCIO 2002 PROC TCE 104.687-1/03)

Nome:

**** Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro ****
02/003673 **32.160-2/03**

Dt. Cad : 08/09/2003 Of.: Dt. Of.: / N° Orig.:
Origem : GABINETE DO GOVERNADOR
Natureza : PRESTAÇÃO DE CONTAS (DOC)*
Espécie: Int. Principal: ANTHONY WILLIAM GAROTINHO M DE OLIVEIRA
Observação : DOCUMENTOS COMPLEMENTARES AO PROCESSO TCE/RJ 111.512-1/03 REF. AS COPIA DAS CONTAS DE GESTÃO GOVERNO DO ESTADO RJ - EXERCÍCIO 2002 (ORIGINAL 104.687-1/03)

Assunto:



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
TRIBUNAL DE CONTAS

200.3

•• Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro ••
02/003984 104.885-5/03

Dt. Cad : 25/04/2002 OC: Dt. Orig: N° Orig:
Origem : TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO RJ
Natureza : RELATÓRIO DE INSPEÇÃO ADMINISTRATIVA
Int. Principal : SIGE
Observação : INSPEÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA SEC DE EST DE AGRIC ABAST PESCA E
DESENV DO MIT NO PERÍODO DE 01/01/01 A 31/12/01

Nome:

Espécie:

Assunto:

TCE-RJ
PROCESSO N.º 104.885-5/03
RUBRICA X FLS. 2

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

5ª INSPETORIA GERAL DE CONTROLE ESTADUAL

**RESPONSÁVEL PELA INSPETORIA:
ELOI ANGELO COPPEDE
INSPETOR GERAL - MATRÍCULA N.º 02/1747**

ASSUNTO: INSPEÇÃO ORDINÁRIA

**ÓRGÃO AUDITADO:
SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA,
ABASTECIMENTO, PESCA E DESENVOLVIMENTO DO
INTERIOR - SEAAPI**

PERÍODO AUDITADO: 01/01 a 11/04/2003

**PERÍODO DA REALIZAÇÃO
DOS TRABALHOS: 13/03 a 11/04/2003**

EQUIPE DE INSPEÇÃO:

**MARCOS PAULO DO NASCIMENTO
ASSISTENTE DA 5ª IGE
MATRÍCULA N.º 02/3111**

TCE-RJ
PROCESSO N° 104.885-5/03
RUBRICA 4 FLS. 3

ÍNDICE

I - INTRODUÇÃO	FLS. 05
II - PROCEDIMENTOS ADOTADOS	FLS. 05/07
III - PERFIL DO ÓRGÃO	FLS. 07/09
IV - RELAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS	FLS. 09
IV.1 - ORDENADOR DE DESPESAS PRINCIPAL	FLS. 10
IV.2 - ORDENADORES DE DESPESAS SECUNDÁRIOS	FLS. 10
IV.3 - DEMAIS RESPONSÁVEIS	FLS. 10/11
V - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO / PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS	FLS. 11/12
VI - EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA RECEITA	FLS. 12/13
VII - ORÇAMENTO DA DESPESA E SUA EXECUÇÃO	FLS. 13/17
VIII - EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA POR P.T.	FLS. 17/18
IX - EXAME DA APLICAÇÃO PROGRAMADA	FLS. 18/20
IX.1 - DESCRIÇÃO DO P.T. POR ATIVIDADES	FLS. 20/21
IX.2 - DESCRIÇÃO DO P.T. POR PROJETOS	FLS. 21/24
X - CUMPRIMENTO DA DELIBERAÇÃO TCE/RJ N° 191/96	FLS. 24
X.1 - ATOS UNILATERAIS	FLS. 24/25
X.2 - ATOS BILATERAIS	FLS. 25
X.3 - LISTAGENS	FLS. 25/26
XI - BENS IMÓVEIS	FLS. 26

TCE-RJ
PROCESSO N.º 104.885-5/03
RUBRICA *4* FLS. 4

XII- BENS MÓVEIS	FLS. 26/27
XII.1 - PRESTAÇÃO DE CONTAS DE BENS PATRIMONIAIS	FLS. 27/29
XIII - ALMOXARIFADO	FLS. 29/30
XIV- RELATÓRIOS DE INSPEÇÃO ANTERIORES	FLS. 30/31
XV - CONTROLE INTERNO	FLS. 32/33
XVI - APLICAÇÃO DE RECURSOS NA ÁREA DE SAÚDE	FLS. 33
XVI.1 - SAÚDE (FUNÇÃO 10)	FLS. 33/36
XVI.2 - FINALIDADE DOS RECURSOS DESCENTRALIZADOS	FLS. 36/39
XVI.3 - EMPENHOS EMITIDOS	FLS. 39/41
XVI.4 - LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO DA DESPESA	FLS. 41/43
XV - CONCLUSÃO	FLS. 43/44

TCE-RJ
PROCESSO N.º 104.885-5/03
RUBRICA X " FLS. 5

II - INTRODUÇÃO

Senhor Inspetor Setorial:

Em cumprimento ao que determina o CRONOGRAMA DE INSPEÇÕES ORDINÁRIAS RELATIVAS AO EXERCÍCIO DE 2003 aprovado pelo Processo TCE n.º 307.400-6/02, a equipe de inspeção formada por MARCOS PAULO DO NASCIMENTO - ASSISTENTE DA 5ª IGE - MATRÍCULA N.º 02/3111, realizou INSPEÇÃO ORDINÁRIA no âmbito da SECRETARIA DE ESTADO DE AGRICULTURA, ABASTECIMENTO, PESCA E DESENVOLVIMENTO DO INTERIOR - SEAAPI.

A presente Inspeção teve por finalidade a verificação "*in loco*" da legalidade, legitimidade e economicidade dos atos e fatos praticados pela SEAAPI durante o período de 01 de janeiro a 11 de abril do Exercício de 2003, consoante preceitua o artigo 49, § 1º, do Regimento Interno deste Tribunal, aprovado pela Deliberação TCE n.º 167/92.

Verificamos ainda, a efetividade de alguns programas e atividades desenvolvidas pela SEAAPI para o presente exercício, ligados as suas funções finalísticas, como veremos adiante.

Nosso trabalho de campo, realizado durante o período compreendido entre 01/01/03 a 11/04/2003, foi devidamente autorizado pelo Exmo. Conselheiro José Gomes Graciosa, Presidente desta Corte de Contas, através do Ofício N.º 1120/02 - GAP/SGE de 24/02/2003, constante do Doc. n.º 01, às fls. 02 da Pasta Anexa, protocolizada como Documento TCE n.º 13.057-2/03, doravante designada apenas P. A. Demais disso, procuramos apontar, com a maior clareza e objetividade, todas as ocorrências que foram apuradas no decorrer desta Inspeção.

III - PROCEDIMENTOS ADOTADOS

Preliminarmente, colhemos dados junto ao Sistema Integrado de Administração Financeira Para Estados e Municípios - SIAFEM, com vistas a planejar os fatos a serem abordados nesta Inspeção.

Feito o levantamento dos dados pertinentes, selecionamos os documentos e processos necessários à realização de nossos trabalhos e os solicitamos junto ao Gabinete do Secretário da SEAAPI, por meio da Solicitação

TCE-RJ
PROCESSO N.º 104.885-5/03
RUBRICA " FLS. 6

de Documentos e Informações nº 001/03 - 5ª IGE de 13/03/2003. A citada Solicitação, encontra-se anexado no Doc. nº 02, às fls. 03/04 da P.A.

Verifica-se do Quadro de Detalhamento das Despesas da SEAAPI para o exercício de 2003, que a mesma possui 01 (uma) Unidade Orçamentária, denominada U. O. nº 13.01, a qual apresentou as Aplicações Programadas abaixo especificadas:

- Prest. de Serv. entre Órgãos Estaduais/Aquis. de Combustíveis e Lubrificantes
P.T. nº 1301.201220002.2010
- Manutenção das Atividades Operacionais/Administrativas
P.T. nº 1301.201220002.2018
- Pessoal e Encargos Sociais
P.T. nº 1301.201220002.2660
- Recuperação do Jardim Botânico de Niterói
P.T. nº 1301.201220056.1577
- Apoio à Produção Agrícola Local P/ Fornecimento de Merenda Escolar
P.T. nº 1301.203060019.1584
- Apoio à Produção e Comercialização do Leite
P.T. nº 1301.203060119.1546
- Moeda Verde
P.T. nº 1301.206010071.1588
- Promoção e Apoio a Eventos Agropecuários
P.T. nº 1301.206020018.1543
- Promoção e Desenvolvimento Agropecuário no Município de Natividade
P.T. nº 1301.206020018.7016
- Implantação do Sistema Unificado de Defesa Agropecuária do Estado do RJ
P.T. nº 1301.206040077.1847
- Apoio ao Produtor Rural
P.T. nº 1301.206060018.2055
- Implantação de Unidades Regionais no Município de Quatis
P.T. nº 1301.206060018.2797
- Rio Rural - Desenvolvimento das Microbacias Hidrográficas do Estado do RJ
P.T. nº 1301.206070012.1590
- Fomento ao desenvolvimento das Microbacias Hidrográficas na Serra da Mantiqueira
P.T. nº 1301.20607002.7012

TCE-RJ
PROCESSO N.º 104.885-5/03
RUBRICA V " FLS. 7

Convém destacar, que o foco da nossa análise foi direcionado para a verificação dos aspectos da legalidade, legitimidade e economicidade, além da efetividade dos atos praticados pela SEAAPI, durante o período inspecionado, bem como da aderência aos objetivos detalhados nos Programas de Trabalho a serem desenvolvidos pela Secretaria.

A base de nosso exame foi o período compreendido entre 01/01 a 30/03/2003. Entretanto como nossa tarefa "*in loco*" estendeu-se até 11/04/2003, procedemos consulta ao SIAFEM, com fito de verificar junto a SEAAPI se houve a realização de algum ato ou contrato relevante no período entre 01/04 a 11/04/2003, que justificasse um exame sob os aspectos supramencionados, obtendo resposta negativa acerca de tal ocorrência.

Realizamos, por amostragem, o acompanhamento da execução de 02 (duas) das 14 (quatorze) "*Aplicações Programadas*" da SEAAPI para o exercício de 2003, devendo ser considerado o fato, de que até o término desta Inspeção não houve movimentação orçamentária dos Programas de Trabalho ligados as atividades finalísticas da SEAAPI, conforme será abordado em item específico deste Relatório. Desta forma, procedemos o acompanhamento de 02 (dois) P.T.s., num total de 03 (três) que apresentaram movimentação orçamentária no período inspecionado.

Por outro lado, realizamos a verificação do fiel cumprimento de determinações tecidas em Relatórios de Inspeções anteriores, conforme descrito no corpo deste trabalho, sendo que as explicações devidamente separadas por tópicos.

Os números apresentados neste Relatório foram devidamente cruzados com os Balancetes de janeiro/2003 a fevereiro/2003, visto que o mês de março não se encontrava fechado pelo SIAFEM, ao término desta Inspeção.

Por derradeiro, cabe informar que a SEAAPI nos prestou todos os esclarecimentos (formais e informais) necessários à formação de um juízo de valor acerca dos fatos verificados na presente Inspeção Ordinária.

INTERFERÊNCIA DO ÓRGÃO

A Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento, Pesca e Desenvolvimento do Interior (SEAAPI), integra a estrutura administrativa do Poder Executivo Estadual. Inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº

TCE-RJ
PROCESSO N.º 104.885-5/03
RUBRICA X FLS. 8

42.498.642/0001-02, com sede localizada na Alameda São Boaventura, 770 -
Fonseca - Niterói - RJ (DOC. n.º 03, fls. 05 da P.A.).

A SEAAPI teve o seu Regimento Interno alterado e consolidado através da Resolução nº 403, de 20/11/98, onde prevê que a Secretaria, observados os preceitos estabelecidos na Constituição Federal e Estadual e nas diretrizes do Conselho Estadual de Política Agrícola e Pecuária (CEPAP), compete, direta e indiretamente com as empresas e fundações a ela vinculadas, elaborar e executar programas e projetos que visem ao desenvolvimento sócio-econômico sustentável do setor primário da economia fluminense, desempenhando as seguintes atividades:

- I. Pesquisa, desenvolvimento, adaptação e difusão de tecnologias que, através da extensão e assistência técnica, proporcionem uma melhor utilização dos meios de produção, preservando os solos e os recursos naturais;
- II. Promoção e articulação de medidas que assegurem o acesso do produtor aos insumos e serviços básicos necessários, bem como o escoamento, comercialização e a armazenagem da produção como forma de ensejar maior rentabilidade ao empreendimento agropecuário e pesqueiro, objetivando a diminuição do preço final do produto;
- III. Defesa sanitária animal e vegetal para garantir produtos saudáveis e competitivos no mercado interno e externo;
- IV. Fomento ao desenvolvimento do setor pesqueiro;
- V. Sistematização e difusão de informações de forma que sejam oferecidas ao homem do campo e do mar dados que assegurem a perfeita administração e o acompanhamento de políticas para o setor;
- VI. Desenvolvimento de estratégias que promovam o abastecimento de gêneros em quantidade e qualidade a toda a população;
- VII. Estímulos aos processos de organização de agricultores, criadores e pescadores para que se utilizem dos benefícios do associativismo.

A Secretaria tem por missão e objetivo:

- Tem como objetivo básico, traçar e desenvolver políticas de apoio e estímulo aos diversos segmentos que formam a agroindústria e a pesca, visando ao desenvolvimento integrado da economia do Estado do Rio de Janeiro. Através das Empresas vinculadas, a SEAAPI coloca à disposição do produtor inúmeros programas, projetos e pesquisas de maior relevância, o que se tem traduzido num significativo avanço na geração de emprego, na produtividade e no lucro desses setores.

- Tem como missão introduzir novas tecnologias de produção e comercialização, recuperar antigas culturas e desenvolver novas, considerando a

TCE-RJ
PROCESSO N.º 104.885-5/03
RUBRICA X FLS. 9

diversidade de solos e climas, preservar o meio ambiente e assegurar uma melhor qualidade de vida para o homem do campo - particularmente para a agricultura familiar.

Todos os seus dados estão armazenados no Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios - SIAFEM, que tem por finalidade a simplificação e uniformização da execução orçamentária, contábil e financeira dos órgãos estaduais e municipais.

As normas que regulam a gestão da Secretaria encontram-se arquivadas em Pasta Permanente mantida nesta Inspeção, além disso, verificamos que não houve no período auditado, alterações nas legislações disciplinadoras da SEAAPI.

Atualmente estão vinculadas a SEAAPI, os seguintes Órgãos/Entidades:

- Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Rio de Janeiro - EMATER;
- Empresa de Pesquisa Agropecuária do Estado do Rio de Janeiro - PESAGRO;
- Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Rio de Janeiro - ITERJ;
- Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro - FIPERJ;
- Companhia de Armazéns e Silos do Estado do Rio de Janeiro - CASERJ; e
- Centrais de Abastecimento do Estado do Rio de Janeiro - CEASA

Além dos Fundos de implementação de recursos suplementares, abaixo identificados:

- Fundos de Terras do Estado do Rio de Janeiro - FUNTERJ;
- Fundo de Recuperação e Estímulo ao Plantio de Café - PRÓ-CAFÉ; e
- Fundo Estadual de Defesa Agropecuária - FEDA.

Cabe ressaltar que toda a documentação pertinente a SEAAPI, entre os quais o seu Regimento Interno e alterações posteriores, encontra-se arquivada em pasta permanente mantida nesta Inspeção.

IV - RELAÇÃO DE RESPONSÁVEIS

Abaixo, passamos a discriminar os principais responsáveis pela gestão da SEAAPI no período em exame, a saber:

TCE-RJ
PROCESSO N.º 104.885-5/03
RUBRICA X FLS. 10

IV.1 – ORDENADOR DE DESPESAS PRINCIPAL:

NOME: Christino Áureo da Silva
CARGO: Secretário de Estado da SEAAPI
MATRÍCULA: 848.974-2
PERÍODO: 01/01/2003 a 11/04/2003
ENDEREÇO: Travessa Acadêmico – n.º 33 – Bairro Country Club – Pirai – R.J – CEP 28000-000
CPF: 705.427.837-20
IDENTIDADE: 048629924-0 – IFP/RJ, em 08/08/79
ATO DE DESIGNAÇÃO: Decreto do Governador de 01/01/2003, publicado no DOERJ de 01/01/2003.

IV.2 – ORDENADORES DE DESPESAS SECUNDÁRIOS:

NOME: Alberto Messias Mofali
CARGO: Subsecretário de Estado da SEAAPI
MATRÍCULA: 888.416-5
PERÍODO: 01/01/03 a 11/04/2003
ENDEREÇO: Rua Tiradentes, n.º 107/ apto. 1803 – Ingá – Niterói – RJ – CEP 24220-510
CPF: 761997803-96
IDENTIDADE: 294232, expedida pela SSP/ES, em 29/07/94
ATO DE DESIGNAÇÃO: Decreto do Governador de 02/01/2003, publicado no DOERJ de 03/01/2003.
DELEGACÃO DE COMPETÊNCIA: Resolução SEAAPI N.º 531 de 05/02/03 – DOERJ de 07/02/03.

IV.3 – DEMAIS RESPONSÁVEIS:

CONTROLE INTERNO:

NOME: Davi Lopes de Souza
CARGO: Coordenador de Contabilidade Analítica da SEAAPI
MATRÍCULA: 816.245-5
PERÍODO: 01/01/03 a 11/04/2003
ENDEREÇO: Rua João Ferreira Leão, n.º 117, Antonina – São Gonçalo – RJ – CEP 24455-040
ATO DE DESIGNAÇÃO: Ato do Secretário de Estado Chefe do Gabinete Civil de 04/04/2001, publicado no DOERJ de 05/04/01.

TCE-RJ
PROCESSO N.º 104.886-5/03
RUBRICA X FLS. 11

IV.4 - DIRETOR GERAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

NOME: José Antônio Cordeiro Cruz

CARGO: Diretor do Departamento Geral de Administração e Finanças da SEAAPI

MATRÍCULA: 890.119-1

PERÍODO: 01/02/03 a 11/04/2003

ENDEREÇO: Rua Lopes Trovão, nº 294, Apto. 2104, bloco 01 - Icaraí - Niterói - RJ - CEP 24220-071

ATO DE DESIGNAÇÃO: Decreto da Governadora de 03/02/03, publicado em 04/02/03.

Cabe registrar que os Cadastros dos Responsáveis encontram-se no DOC. n.º 04 (fls.06/18 da P.A.), além da relação dos 43 (quarenta e três) responsáveis por bens patrimoniais nas diversas Unidades da SEAAPI.

V - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS

A Comissão Permanente de Licitação - CPL - foi formada pela Portaria SEAAPI nº 518 de 17 de julho de 2002, a qual foi publicada no DOERJ de 23/07/02 (DOC. n.º 05, fls. 19/20 da P.A.), apresentando a seguinte composição:

MEMBROS	CARGO	INÍCIO DO MANDATO
Francisco França Venâncio Braga	Presidente	23/07/2002
José Luiz Teixeira de Magalhães	Membro Efetivo	23/07/2002
Dulio Monteiro Ferraz	Membro Efetivo	23/07/2002
Sônia Regina Alves Esteves	Membro Efetivo	23/07/2002
Maria da Graça Mendes Belleza Nogueira Machado	Representante da SARE	23/07/2002
José Antônio de Matos	Membro Suplente	23/07/2002
José Maria Teixeira Miranda	Membro Suplente	23/07/2002

Cabe observar, que a composição dos membros da CPL acima, foi modificada pela Resolução SEAAPI n.º 537 de 25 de março de 2003, publicada no DOERJ de 04/04/03, a qual foi enviada a este Tribunal de Contas, conforme guia de remessa protocolada em 14/04/2003 (DOC. n.º 06, fls. 21 da P.A.), passando a ter a composição abaixo:

MEMBROS	CARGO	INÍCIO DO MANDATO
José Luiz Teixeira Magalhães	Presidente	23/07/2002
Sônia Regina Alves Esteves	Membro Efetivo	23/07/2002
Dullio Monteiro Ferraz	Membro Efetivo	23/07/2002
José Maria Teixeira Miranda	Membro Efetivo	23/07/2002
Maria da Graça Mendes Belleza Nogueira Machado	Representante da SARE	23/07/2002
José Antônio de Matos	Membro Suplente	23/07/2002

No mais, registramos que não foi enviado a este Tribunal, a cópia da Portaria n.º 518, em descumprimento ao que estabelece o § 1º do art. 15 do Regimento Interno (Deliberação TCE-RJ n.º 167/92), conforme consulta realizada no SCAP – Sistema de Controle de Acompanhamento de Processo em 22/04/03. No entanto, considerando a recente alteração em sua composição, além da juntada da cópia da mesma na Pasta em Anexo, entendemos, S.M.J., que o envio da citada Portaria poderá ser relevado.

Verificamos que não houve recondução da totalidade dos membros da CPL nomeada pela Resolução SEAAPI n.º 494/01 de 12/09/01, a qual antecedeu a presente. Além disso, foi observado o prazo de investidura dos membros da citada resolução, em cumprimento ao que estabelece o § 4º do art. 51 da Lei Federal n.º 8.666/93.

Com relação à realização de procedimento licitatório no período inspecionado, fomos informados pelo Sr. José Luiz Teixeira de Magalhães, Presidente da Comissão Permanente de Licitação, por meio da C.I. CPL s/n.º de 11 de abril de 2003 (DOC. n.º 27, fls. 167 da P.A.), que no período compreendido entre 01/01 a 11/04/2003, não houve qualquer licitação na SEAAPI.

VII - EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA RECEITA

O Orçamento inicial para o exercício de 2003, aprovado pela Lei Estadual n.º 4.060 de 30/12/2002 e detalhado pelo Decreto Estadual n.º 32.648 de 09/01/2003, estimou a receita da SEAAPI em R\$ 16.486.334,00 (dezesseis milhões, quatrocentos e oitenta e seis mil, trezentos e trinta e quatro reais).

Abaixo apresentamos quadro comparativo entre a Receita Orçada e a Arrecadada até 28/02/2003, tendo em vista as Categorias Econômicas, a saber:

TCE-RJ
PROCESSO N.º 104.885-5/03
RUBRICA V FLS. 13

DESCRIÇÃO DA RECEITA	RECEITA ORÇADA (R\$)	RECEITA ARRECADADA ATÉ 28/02/03 (R\$)
Recurso Ordinários Não Vinculados, Provenientes de Impostos - Fonte 00	14.879.601,00	783.208,07
Recursos Provenientes de Convênios - Fonte 12	1.606.733,00	0,00

Fontes: QDRD/2003 (Doc. 07, fls. 22/24 da P.A.), e Balancetes (DOC. n.º 13, fls. 46/53 da P.A.)

Do quadro acima, constata-se que a receitas oriundos de recursos do Tesouro Estadual (Fonte 00), representa em 90,25% do total da receita da SEAAPI para 2003.

Quanto aos recursos provenientes de convênios (Fonte 12), verificamos que até o mês de fevereiro de 2003, não houve ingresso de receita desta natureza em contas bancárias específicas mantidas pela SEAAPI.

No entanto, constatamos que foi aberta conta corrente no Banco do Brasil de nº 291.260-0, Agência nº 2234-9, conforme consta do DOC. n.º 08 (fls. 25 da P.A.), para receber recursos do convênio a ser celebrado entre o Estado do Rio de Janeiro e o Banco Mundial - BIRD, visando a consecução do Projeto de Gerência Integrada de Agro-Ecosistemas no Norte e Noroeste Fluminense, cujo Programa de Trabalho que será contemplado com tais recursos é o "Rio Rural - Desenvolvimento das Bacias Hidrográficas do Estado do Rio de Janeiro", de n.º 1301.206700121590.

A citada operação financeira foi autorizada pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, de acordo com a Lei nº 4.097 de 04/04/03, até a quantia de US\$ 265.610,00 (DOC. n.º 09, fls. 26/27 da PA).

Desta forma, quando da realização da próxima Inspeção naquela pasta, será verificada se houve a liberação, bem como a aplicação deste recurso.

Constatamos também que no mês de fevereiro do corrente ano, houve a remuneração dos depósitos bancários nas contas de recebimento de recursos oriundos de convênios com a União, no valor de R\$ 6.831,36, conforme consulta realizada junto ao SIAFEM (DOC. n.º 10, fls. 28 da P.A.).

VII. ORÇAMENTO DA DESPESA E SUA EXECUÇÃO

O Orçamento Inicial da SEAAPI para o exercício de 2003, aprovado pela Lei Estadual nº 4.060 de 30/12/2002 e detalhado pelo Decreto n.º 32.648 de

TCE-RJ
PROCESSO N.º 104.885-5/03
RUBRICA X " FLS. 14

09/01/2003, fixou a despesa em R\$ 16.486.334,00 (DOC. n.º 11, fls. 29/30 da P.A.), nas seguintes Aplicações Programadas:

APLICAÇÃO PROGRAMADA	VALOR (R\$)	ORÇAMENTO %
ATIVIDADES	137.910.192,00	
Prest. Serv. Órgãos Est./Aquis. Comb. Lub. P.T. n.º 1301.2012200022.010	376.288,00	2,28
Manut. Ativ. Operacionais/Administrativas P.T. n.º 1301.2012200022.016	771.606,00	4,68
Pessoal e encargos Sociais P.T. n.º 1301.2012200022.660	12.296.147,00	74,58
Apoio ao Produtor Rural P.T. n.º 1301.2060600182.055	223.961,00	1,35
Implantação de Unidade Regional no Mun. de Quatis P.T. n.º 1301.2060600182.797	123.190,00	0,74
PROJETOS	12.885.142,00	
Recuperação do Jardim Botânico de Niterói P.T. n.º 1301.2012200561.577	55.987,00	0,34
Apoio à Produção Agrícola Local p/ Fornec. de Merenda Escolar P.T. n.º 1301.2030600191.584	55.971,00	0,34
Apoio à Produção e à Comercialização de Leite P.T. n.º 1301.2030601191.546	55.976,00	0,34
Moeda Verde P.T. n.º 1301.2060100711.588	111.985,00	0,67
Promoção e Apoio a Eventos Agropecuários P.T. n.º 1301.2060200181.543	167.978,00	1,01
Promoção e Desenv. Agropecuário no Mun. de Natividade P.T. n.º 1301.2060200187.016	492.760,00	2,98
Implantação do Sistema Unificado de defesa Agropecuária do Est. do R.J. P.T. n.º 1301.2060400771.847	770.352,00	4,67
Rio Rural - Desenv. das Microbacias Hidrográficas do Est. do R.J. P.T. n.º 1301.2060700121.590	959.495,00	5,81
Fomento ao Desenv. das Microbacias Hidrográficas na Serra da Mantiqueira P.T. n.º 1301.2060700127.012	24.638,00	0,14
TOTAL GERAL	16.486.334,00	100,00

Fontes: QDRD/2003, SIAFEM (Doc. n.º 12, fls. 31/45 da P.A.)

TCE-RJ
PROCESSO N.º 104.885-5/03
RUBRICA <i>[assinatura]</i> FLS. 15

A Aplicação Programada relativa à Pessoal e Encargos Sociais da SEAAPI (P.T. nº 1301.2012200022660), na ordem de R\$ 12.296.147,00, representa em 74,58% da despesa inicial estimada para o exercício de 2003.

No que concerne as Aplicações Programadas relativas aos Projetos da SEAAPI, constata-se do quadro supra, que as mesmas atingiram a cifra de R\$ 2.695.142,00, o que representa 16,34% do total previsto no Orçamento da SEAAPI para 2003.

Constatamos ainda, em consulta ao SIAFEM, que até 28/02/03 não ocorreram quaisquer alterações orçamentárias nos Programas de Trabalho da SEAAPI.

Do total evidenciado no demonstrativo acima, a SEAAPI empenhou o montante de R\$ 1.315.477,61 (hum milhão, trezentos e quinze mil, quatrocentos e setenta e sete reais e sessenta e um centavos), ficando claro que houve aplicação de recurso na ordem de 7,98% do total do orçamento para 2003, restando disponível orçamentariamente para aplicação, a quantia de R\$ 15.170.856,39.

Do valor total empenhado até 28/02/03 (R\$ 1.315.477,61), foi liquidado o montante de R\$ 1.216.937,99, o que equivale a 92,50% dos empenhamentos efetivados.

Do montante liquidado até 28/02/03 (R\$ 1.216.937,99), foi pago o total de R\$ 783.209,07, o que corresponde a 64,35% das liquidações efetuadas.

Em suma, temos a seguinte situação orçamentária, com base nas informações disponibilizada no mês de Fevereiro de 2003, visto que o SIAFEM, ao término da presente Inspeção, estava fechado até o citado mês:

TÍTULOS	VALOR (R\$)
Dotação Inicial	16.486.334,00
Alterações Orçamentárias	0,00
Crédito Contido	(14.920.334)
Crédito Liberado	1.566.000,00
Destaque Concedido	(33.000,00)
Despesa Empenhada	(1.315.477,61)
Despesa Liquidada	1.216.937,99
Despesa Paga	783.209,07
Crédito Disponível	217.622,39

Fontes: SIAFEM e Balancetes (Doc. nº 13, fls. 46/53 da P.A.)

No quadro demonstrativo supra, verifica-se que o valor concernente ao "Crédito Disponível", não corresponde aquele que resultaria da diferença da

"Dotação Inicial" para o Exercício de 2003 da SEAAPI, extraído o valor da "Despesa Empenhada" até fevereiro de 2003, haja vista as seguintes ocorrências:

- a existência de créditos orçamentários contidos, aguardando liberação para empenho e financiamento (DOC. n.º 14, fls. 54/70 da P.A.), os quais estão registrados à conta contábil n.º 2.9.2.1.2.01.01 - "Crédito Indisponível/Crédito Contido", referente aos programas de trabalho abaixo:

P.T. Res. "Crédito Contido"

7016	-	492.760,00
2797	-	123.190,00
2055	-	223.961,00
2010	-	320.288,00
1590	-	959.495,00
1584	-	55.971,00
1546	-	55.976,00
7012	-	24.638,00
2660	-	10.912.147,00
2016	-	645.606,00
1847	-	770.352,00
1588	-	111.985,00
1577	-	55.987,00
1543	-	167.978,00
Total		14.920.334,00

- a descentralização de crédito orçamentário para aquisição de combustíveis e lubrificantes, repassado a outros Órgãos/Entidades da Administração Pública Estadual, registrado à conta contábil n.º 292210100 "Destaque Concedido" (vide Doc. 15, fls. 71/72 da P.A.), concedido a Subsecretaria Adjunta de Apoio Logístico - SARE, no valor total de R\$ 33.000,00, à conta do Programa de Trabalho de n.º 1301.2012200022.010 - Prestação de Serviços entre Órgãos Estaduais/Aquisição de Combustível Lubrificantes.

A descentralização de créditos em acima, encontra estelo no art. 53 do Decreto n.º 32.626 de 01/01/2003, que dispõe sobre a execução orçamentária e financeira do Estado do Rio de Janeiro para o Exercício de 2003.

Com relação ao Crédito Autorizado que foi de R\$ 1.566.000,00, o mesmo corresponde a liberação das Quotas de Custeio para pagamento das despesas com pessoal e encargos, de manutenção e de atividades finalísticas, dos meses de janeiro e fevereiro de 2003, autorizadas pelo artigo 25 do mencionado decreto, na forma do Anexo III.

Ademais, os valores apresentados neste tópico estão em consonância com os registrados no Balancete anexado no Doc. n.º 13, fls. 46/53 da P.A, na forma que se segue:

CODIGO DA CONTA	NOME DA CONTA	VALOR (R\$)
1.9.2.1.1.00.00	Dotação Inicial	16.486.334,00
1.9.2.4.0.00.00	Execução da Despesa	1.315.477,61
1.9.2.5.0.00.00	Pagamento da Despesa	783.209,07
2.9.2.1.8.01.01	Créditos a Liberar	14.920.334,00
2.9.2.1.8.01.09	Créditos Liberados	1.566.000,00
2.9.2.2.1.00.00	Descentralização Externa	33.000,00
2.9.2.1.3.00.00	Crédito Utilizado	1.315.477,61

Ressaltamos que maiores comentários acerca da Despesa Inicial Fixada e dos reflexos das alterações orçamentárias na Despesa Autorizada Final serão tecidos quando do exame das Contas dos Ordenadores de Despesas da SEAAPI, relativas ao exercício de 2003.

VIII - EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA POR P.M.

Abaixo apresentamos um quadro entre a Despesa Autorizada e a Realizada até 28/02/2003, com base nos respectivos Programas de Trabalho da SEAAPI, os quais tiveram movimentação financeira:

APLICAÇÃO PROGRAMADA	DESPESA INICIAL R\$ (A) QDRD	DESP. EMP. NO PERÍODO R\$ (B)	CRÉDITO DISPONÍVEL R\$ (C=A-B)
ATIVIDADES	XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXX
Prestação de Serv. Entre Órgãos Estaduais/Aquisição de Combustível .Lubrificantes. P.T. n.º 1301.2012200022.010	376.288,00	22.997,51	353.290,49
Manutenção das Atividades Operacionais/Administrativas P.T. n.º 1301.2012200022.016	966.290,00	110.559,70	855.730,30
Pessoal e encargos Sociais P.T. n.º 1301.2012200022.660	12.296.147,00	1.181.920,40	11.142.226,60
TOTAL GERAL	13.638.725,00	1.315.477,61	12.323.247,49

FONTE: Relatório de Notas do Empenho Emitidas - SIAFEM (Doc. n.º 16, fls. 73/74 da P.A.)

TCE-RJ
PROCESSO N.º 104.885-5/03
RUBRICA ~~X~~ FLS. 18

Pela análise do quadro retro, verifica-se que no período de janeiro a fevereiro de 2003, houve uma aplicação de recursos na ordem de R\$ 1.315.477,61 o que corresponde a 7,97% da dotação orçamentária inicial da SEAAPI para o Exercício de 2003 (R\$ 16.486.334,00).

Constata-se também, que a maior aplicação de recursos da SEAAPI no período de janeiro a fevereiro de 2003, ocorreu no Programa de Trabalho n.º 1301.2012200022.660, referente a despesa com Pessoal e Encargos Sociais da Pasta Inspeccionada, no qual houve empenhamentos na ordem de R\$ 1.181.920,40, o que equivale a 89,84% do total empenhado no referido período.

Por outro lado, constata-se que não houve qualquer aplicação de recursos destinados a implementar os projetos contemplados no orçamento da SEAAPI para 2003, os quais estão ligados aos objetivos institucionais da citada pasta. O fato acima será abordado em tópico específico deste Relatório de Inspeção.

IX - EXAME DA APLICAÇÃO PROGRAMADA

Consoante visto no item anterior, a Execução da Despesa até fevereiro de 2003, pode ser assim evidenciada:

APLICAÇÃO PROGRAMADA	DESPESA EMPENHADA	DESPESA LIQUIDADADA	DESPESA PAGADA
ATIVIDADES	13.16.477.81	12.18.937.69	783.209,10
Prest. Serv. Órgãos Est./Aquis. Comb. Lub.			
P.T. n.º 1301.2012200022.010	22.997,51	4.789,13	0,00
Manutenção das Atividades Operacionais/Administrativas			
P.T. n.º 1301.2012200022.016	110.559,70	32.501,38	27.799,31
Pessoal e Encargos Sociais			
P.T. n.º 1301.2012200022.660	1.181.920,40	1.179.637,48	755.409,76
Apoio ao Produtor Rural			
P.T. n.º 1301.2060600182.055	0,00	0,00	0,00
Implantação de Unidade Regional no Mun. de Quatis			
P.T. n.º 1301.2060600182.797	0,00	0,00	0,00
PROJETOS	0,00	0,00	0,00
Recuperação do Jardim Botânico de Niterói			
P.T. n.º 1301.2012200561.577	0,00	0,00	0,00
Apoio à Produção Agrícola Local p/ Fornec. de Merenda Escolar			
P.T. n.º 1301.2030600191.584	0,00	0,00	0,00

TCE-RJ
PROCESSO N.º 104.885-5/03
RUBRICA FLS. 19

Apoio à Produção e à Comercialização de Leite P.T. n.º 1301.2030601191.546	0,00	0,00	0,00
Moeda Verde P.T. n.º 1301.2060100711.588	0,00	0,00	0,00
Promoção e Apoio a Eventos Agropecuários P.T. n.º 1301.2060200181.543	0,00	0,00	0,00
Promoção e Desenv. Agropecuário no Município. De Natalidade P.T. n.º 1301.2060200187.016	0,00	0,00	0,00
Implantação do Sistema Unificado de defesa Agropecuária do Est. do R.J. P.T. n.º 1301.2060400771.847	0,00	0,00	0,00
Rio Rural - Desenv. das Microbacias Hidrográficas do Est. do R.J. P.T. n.º 1301.2060700121.590	0,00	0,00	0,00
Fomento ao Desenv. das Microbacias Hidrográficas na Serra da Mantiqueira P.T. n.º 1301.2060700127.012	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIAFEM e Demonstrativos (DOC. 17, fls. 75/91 da P.A.)

Quanto aos Programas de Trabalhos ligados aos Projetos a cargo da SEAAPI, constata-se do quadro acima, que não houve movimentação orçamentária nos mesmos. Outrossim, escoimadas as despesas empenhadas no período de 01/01 a 28/02/2003, relativas à Pessoal e Encargos Sociais (PT n.º 1301.2012200022.660), que importou em R\$ 1.181.920,40, temos que o total da Despesa Empenhada cai para R\$ 133.557,21, que será à base de nosso exame.

Destarte, selecionamos para análise os Programas de Trabalho abaixo relacionados, que corresponde a 10,15% do total empenhado até fevereiro de 2003:

APLICAÇÃO PROGRAMADA	DESPESA EMENHADA	DESPESA LIQUIDADADA	DESPESA PAGADA
ATIVIDADES	XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX
Prest. Serv. Órgãos Est./Aquis. Comb. Lub. P.T. n.º 1301.2012200022.010	22.997,51	4.799,13	0,00
Manutenção das Atividades Operacionais/Administrativas P.T. n.º 1301.2012200022.016	110.559,70	32.501,38	27.799,34
TOTAL GERAL	133.557,21	37.300,51	27.799,34

Impende consignar, que nosso critério de seleção levou em consideração a representatividade da aplicação de recurso, bem como o grau de relevância do Programa de Trabalho na atividade da SEAAPI, haja vista, que não houve movimentação orçamentária dos P.Ts. ligados aos Projetos de competência da SEAAPI.

Do total evidenciado no quadro supra, analisamos o montante de R\$ 105.804,20, de acordo com o abaixo descrito, o que correspondeu a 79,20% dos empenhamentos concernentes aos Programas de Trabalhos da SEAAPI compulsados por esta Equipe de Inspeção:

APLICAÇÃO PROGRAMADA	DESPESA EMPENHADA (A)	TOTAL ANALISADO (B)	% ANALISADO C=B/A
ATIVIDADES			
Prest.Serv.Órgãos Est./Aquis.Comb.Lub. P.T. n.º 1301.2012200022.010	22.997,51	8.500,00	36,96
Manutenção das Atividades Operacionais/Administrativas P.T. n.º 1301.2012200022.016	110.559,70	97.304,20	88,01
TOTAL GERAL	133.557,21	105.804,20	79,20%

* O percentual representado pela coluna "C" (TOTAL GERAL), corresponde ao analisado em relação ao total da despesa empenhada representada pela coluna "A" até fevereiro de 2002 (R\$ 133.557,21).

IX.1 – DESCRIÇÃO DO P.T. POR ATIVIDADES

Do total empenhado referente aos Programas de Trabalho compulsados para exame, elaboramos o quadro sinóptico abaixo:

Pt. Ref.	Atividade	Empenho (L.º 10.098/03)	Processo Adm.	Valor (R\$)	Adjudicado
2010	Dispensa	Art. 24, Inc. VIII	E-02/0155/03	8.500,00	TURISRIO
2016	Dispensa	Art. 24, Inc. VIII	E-02/00662/01	11.541,20	Fund. Santa Cabrini
2016	Dispensa	Art. 24, Inc. XXII	E-02/00009/03	25.336,00	CERJ
2016	Inexigibilidade	Art. 25, Caput	E-02/00008/03	5.663,00	TELEFÔNICA Celular
2016	Inexigibilidade	Art. 25, Caput	E-02/00007/03	32.833,00	TELEMAR
2016	Inexigibilidade	Art. 25, Caput	E-02/00006/03	8.000,00	EBCT
2016	Inexigibilidade	Art. 25, Caput	E-02/00011/03	8.081,00	Águas de Niterói S/A
2016	Inexigibilidade	Art. 25, Inc. I	E-02/00005/03	5.850,00	Editora NDJ

Da análise empreendida nos autos em destaque, não identificamos quaisquer impropriedades, quer seja sob o aspecto formal, quer seja sob o aspecto material, estando os mesmos em consonância com as legislações aplicáveis a tais espécies de atos.

TCE-RJ
PROCESSO N.º 104.885-5/03
RUBRICA FLS. 21

- QUANTO ÀS LIQUIDAÇÕES/PAGAMENTOS DAS DESPESAS = Seleccionamos para exame os processos de liquidação e pagamento abaixo, os quais estão relacionados aos atos analisados no Sub-item IX.1:

PROCESSO	VALOR (R\$)	FAVORECIDOS
E-02/186/03	25.335,14	CERJ
E-02/187/03	1.035,66	EMBRATEL
E-02/188/03	3.690,46	Telerj Celular
E-02/195/03	14.141,40	Telemar
E-02/294/03	4.234,39	Telemar
E-02/296/03	2.707,97	Embratel
E-02/297/03	1.972,52	Telerj Celular
E-02/351/03	1.008,86	Embratel
E-02/358/03	4.154,32	Fund. Santa Cabrini
E-02/396/03	632,40	Turisrio
E-02/475/03	13.075,86	Telemar
E-02/480/03	724,98	Embratel
E-02/486/03	320,09	Telemar
E-02/501/03	3.397,00	Águas de Niterói
E-02/503/03	1.262,70	Turisrio
E-02/534/03	1.008,86	Embratel
E-02/538/03	5.850,00	NDJ Editora
E-02/553/03	3.381,27	Fund. Santa Cabrini
TOTAL		86.192,02

Realizada a análise dos sobreditos processos, constatamos que a SEAAPI vem observando as regras legais insculpidas no Título V, Capítulo III, Seções II e III da Lei Estadual n.º 287/79, inclusa no Código de Administração Financeira e Contabilidade Pública, que se referem as fases da despesa; e

- QUANTO AO ENFOQUE OPERACIONAL DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA. As despesas foram realizadas em compatibilidade com o Programa de Trabalho em exame.

IX.2 – DESCRIÇÃO DOS P.T.s POR PROJETOS

Com relação aos Programas de Trabalho relativos aos Projetos a cargo da SEAAPI, solicitamos informações junto à Diretoria de Administração e Finanças da SEAAPI, quanto a ausência de movimentação orçamentária nas Aplicações Programadas que se referem a execução dos Projetos ligados as atividades finalísticas daquela Secretaria, que visam principalmente, implementar políticas voltadas ao setor agropecuário fluminense, e fomos informados pela

Superintendência de Planejamento da SEAAPI (DOC. n.º 18, fls.92/94, da P.A),
que:

"Desses projetos a maioria está praticamente paralisado, face a não liberação de recursos em consequência das dificuldades porque atravessa o estado no tocante à sua disponibilidade para os diferentes investimentos aprovados. Assim, estão sendo desenvolvidos, em cada um deles, apenas as ações programadas para as quais não dependem desses recursos, mas dos já disponíveis – pessoa e instalações existentes."

Portanto, a análise concernente a execução operacional dos Programas de Trabalho referentes aos Projetos a cargo da SEAAPI, será empreendida quando da realização da próxima Inspeção naquela Secretaria.

Entrementes, relacionamos os principais Projetos consignados no Orçamento da SEAAPI para 2003, destacando os seus objetivos, com base na proposta orçamentária da SEAAPI para o corrente exercício.

- **PROJETO:** Recuperação do Jardim Botânico de Niterói.
- **P.T. N.º** 1301.2012200561.577
- **PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA PARA 2003:** R\$ 55.987,00

O Projeto em destaque visa recuperar, conservar e preservar o Jardim Botânico de Niterói, localizado à Alameda São Boaventura, nº 770, de maneira a mantê-lo como instituição científica identificada com as finalidades educativas, de pesquisa e voltadas para recreação das comunidades locais.

A recuperação do Jardim Botânico de Niterói, consiste em obras nas estufas e ripadas, além da manutenção de um viveiro e uma estufa para a produção de mudas, assim como na aquisição de equipamentos para a promoção de palestra sobre educação ambiental e de ferramentas, adubos e defensivos agrícolas, destinados à produção de serventes e mudas de essências florestais e plantas frutíferas e ornamentais.

A execução do Projeto em tela justifica-se, face a atual precariedade das instalações do Jardim Botânico de Niterói por falta de liberação de recursos financeiros ao longo dos anos, apesar de constar do orçamento da SEAAPI, Programa de Trabalho específico a fim de implementar tal Projeto.

- **PROJETO:** Apoio à Produção Agrícola Local Para Fornecimento de Merenda Escolar
- **P.T. N.º** 1301.2030600191.584
- **PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA PARA 2003:** R\$ 55.971,00

O Projeto em epígrafe tem por objetivo desenvolver ações junto aos produtores, cooperativas e associações rurais, no sentido de ofertarem suas produções locais, principalmente de hortifrutigranjeiros, para o Programa de Merenda Escolar.

A implementação deste Projeto, beneficiará os produtores rurais, pois visa a inclusão de sua produção agropecuária na composição da merenda escolar na rede pública estadual.

- **PROJETO: APOIO À PRODUÇÃO E À COMERCIALIZAÇÃO DE LEITE**
- **P.T. N.º 1301.2030601191.546**
- **PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA PARA 2003: R\$ 55.967,00**

Esse Projeto tem por objetivo apoiar a retomada do processo de produção, distribuição e comercialização de leite, contribuindo para o desenvolvimento sócio-econômico de comunidades rurais.

Além disso, o Projeto em tela visa ampliar o fornecimento de leite nas escolas da rede pública estadual, além de melhorar sua qualidade e aumentar a produtividade dos rebanhos.

- **PROJETO: Moeda Verde**
- **P.T. N.º 1301.2060100711.588**
- **PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA PARA 2003: R\$ 111.985,00**

O Projeto Moeda Verde tem por objetivo disponibilizar financiamento agrícola aos produtores rurais fluminenses, através de concessão de crédito, baseado na equivalência preço/produto.

A implementação deste Projeto, o qual vem sendo executado desde 2000, assegurará as garantias necessárias para financiamento de projetos agropecuários e pesqueiros aos agricultores familiares e demais produtores que não dispõem de recursos para executá-lo, além da ampliação do número de projetos contratados e do valor financiado para custeio e investimento do produtor, sem juros e encargos que oneram a produção, e conseqüentemente, o preço final do produto ao consumidor.

O Moeda Verde tende a diminuir a dependência de importação de alimentos de outros estados, reduzindo as incertezas do produtor rural, quanto a condição de quitar financiamentos e disseminando novas tecnologias de produção e gestão.

TCE-RJ
PROCESSO N.º 104.885-5/03
RUBRICA ☒ FLS. 24

- **PROJETO:** Implantação e Manutenção do Sistema Unificado de Defesa Agropecuária do Estado do Rio de Janeiro
- **P.T. N.º** 1301.2060400771.847
- **PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA PARA 2003:** R\$ 770.352,00

O projeto acima tem por objetivo implantar e manter, em Convênio com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, o Sistema Unificado de Atenção à Saúde Animal e Vegetal, visando o atendimento das metas de combate à febre aftosa, raiva em herbívoros, brucelose e tuberculose bovina e de sanidade suína e avícola, de defesa sanitária vegetal, em atendimento aos Programas Nacionais de Defesa Sanitária Animal e Vegetal e de Barreiras Zootossanitárias.

Os principais pontos de atuação do Projeto em destaque, visa a adequação das unidades locais – Núcleos de Defesa Sanitária, implantação de Postos Fixos de Vigilância Sanitária, execução de ações de segurança, proteção e defesa sanitária, capacitação de recursos humanos e criação e manutenção de Conselhos Locais de Saúde Animal e Vegetal – COMUSAS.

Sendo assim, a análise quanto aplicação financeira dos Programas de Trabalho acima identificados, que tratam de Projetos a ligados aos objetivos da SEAAPI, será realizada quando houver execução financeira dos mesmos.


X - CUMPRIMENTO DA DELIBERAÇÃO TCE/RJ Nº 191/95

X.1 – ATOS UNILATERAIS:

A SEAAPI nos forneceu relação contendo os Atos de Dispensa/Inexigibilidade de Licitação celebrados no período de janeiro a março de exercício de 2003 (DOC. n.º 19, fls. 95/122 da P.A.), fundamentados na forma abaixo:

ATO	FUND. LEGAL (Lei nº 8.666/93)	QT.	VALOR - R\$
Dispensa	Art. 24, Inc. VIII	08	55.702,41
Dispensa	Art. 24, Inc. XVI	01	10.000,00
Dispensa	Art. 24, Inc. XXII	05	56.710,00
Inexigibilidade	Art. 25, Caput	15	82.904,00
Inexigibilidade	Art. 25, Inc. I	01	5.850,00
TOTAL		29	211.166,41

Com base nos dados constantes da relação supra, verificamos que não houve a ocorrência de quaisquer atos unilaterais de encaminhamento

TCE-RJ
PROCESSO N.º 104.885-5/03
RUBRICA  FLS. 25

obrigatório a este Tribunal, em cumprimento ao que a Deliberação TCE n.º 191/95.

X.2 – ATOS BILATERAIS:

Quanto aos atos bilaterais a Coordenadoria de Contabilidade Analítica – CCA da SEAAPI, forneceu Listagens contendo atos celebrados no período de janeiro a março de 2003 (DOC. n.º 20, fls. 123, da P.A.).

A listagem supra relaciona diversos Termos de Reconhecimento de Dívida, oriundos de dispensas e inexigibilidades de licitação, para pagamento de despesa com concessionárias de serviços públicos de exercícios anteriores, além de ressarcimento de pessoal cedido, entre outras, cujo envio a este Tribunal se faz obrigatório, conforme prevê a alínea "g", inciso II, do art. 1º da Deliberação TCE-RJ 191/95.

Em consulta realizada ao SCAP/TCE, constatamos que a citada listagem não foi enviada a este Tribunal de Contas, sendo assim extraímos fotocópia da mesma, e remetemos ao setor de protocolo desta Corte de Contas, sendo formalizado o Doc. de nº 14.282-6/2003.

A partir do citado Documento, requeremos a abertura de processo de promoção, formalizado sob o nº TCE-RJ 105.469-4/03, pelo qual está sendo solicitado junto a SEAAPI, o encaminhamento dos Termos de Reconhecimento de Dívida constantes da listagem em referência. Portanto, entendemos que tais atos que importam em reconhecimento de dívida de exercícios anteriores, constantes da listagem retromencionada, prescindem de serem enviados a esta Corte de Contas para exame.

X.3 – LISTAGENS:

Em consulta ao Sistema de Controle e Acompanhamento de Processos – SCAP deste Tribunal, em 11/04/2003, constatamos que a SEAAPI não remeteu a este Tribunal a listagem cumulativa de todos os Contratos, Convênios e Assemelhados, seus Aditivos, Rescisões e Ajustes e demais Atos Bilaterais e Contratos (DOC. n.º 20, fls. 123, da P.A.), em cumprimento ao que assevera o artigo 1º, Inciso III, alínea "a", da Deliberação TCE/RJ n.º 191/95, celebrados no período inspecionado.

Face à situação, orientamos o controle interno da SEAAPI, para que proceda, imediatamente, o envio da citada listagem a este Tribunal de Contas, em cumprimento ao que determina a Deliberação TCE-RJ n.º 191/95, sendo-nos

TCE-RJ
PROCESSO N° 104.885-5/03
RUBRICA <i>[assinatura]</i> FLS. 26

Informado por seu responsável, Sr. Davi Lopes de Souza, Coordenador da Contabilidade Analítica da SEAAPI, que encontra-se em fase de elaboração, ofício visando o encaminhamento da mesma.

XI - BENS IMÓVEIS

Quanto aos bens imóveis, atualmente, a SEAAPI possui 43 unidades Administrativas, inclusive a Sede, além de diversos imóveis, sendo que o Responsável pelo controle, guarda e conservação dos Bens Imóveis da SEAAPI é o Sr. Maximiano Nunes da Costa Júnior, conforme consta do DOC. 04, às fls. 11 da P.A.

XII - BENS MÓVEIS

Em 28/02/2003, o saldo da conta Bens Móveis apresentado no balancete foi de R\$ 1.117.148,89 (hum milhão, cento e dezessete mil, cento e quarenta e oito reais e oitenta e nove centavos), sendo que o saldo da mesma no final do exercício de 2002, tendo como referência o mês de dezembro, importou em R\$ 1.117.149,13, conforme abaixo demonstrado:

CONTAS	R\$
Saldo em 31/12/2002	1.117.149,13
Entradas	538,00
Saídas	(538,24)
SALDO FINAL EM 28/02/03	1.117.148,89

Fonte: Balancetes (DOC. n.º 13, fls. 46/53 da P.A.)

Convém destacar que a SEAAPI possui 43 unidades patrimoniais, todas elas com responsável formalmente designado, conforme consta do DOC. 04, fls. 11/18 da P.A.

O controle propriamente dito é feito pela Divisão de Patrimônio da sede da SEAAPI, pela qual responde o Sr. Maximiano Nunes da Costa Júnior, e compete ao citado setor, de acordo com Art. 23, Inciso V, do Regimento Interno: "executar os trabalhos relativos a administração de patrimônio da SEAAPI, envolvendo atividades de registro e catalogação dos bens móveis e imóveis, e titularidade, termos de responsabilidade e inventários, em consonância com as normas específicas vigentes".

Com relação ao exame concernente às aquisições e baixas dos bens patrimoniais no período compreendido pela presente Inspeção, bem como das rotinas adotadas pelo setor competente pela movimentação de tais bens, com base nas regras legais emanadas na Seção 15, da Portaria nº 25 IGF, de 12/06/78, que aprovou o Manual de Contabilidade do Estado do Rio de Janeiro, o mesmo será realizado em futuras Inspeções na SEAAPI.

XII.1 - PRESTAÇÕES DE CONTAS DE BENS PATRIMONIAIS

Convém destacar, a entrada no protocolo deste Tribunal de Ofício encaminhado pela SEAAPI, o qual formalizou o Processo TCE nº 107.285-8/02, solicitando a dispensa de envio das Prestações de Contas dos responsáveis por Bens Patrimoniais das Unidades da Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento, Pesca e Desenvolvimento do Interior - SEAAPI, que foram extintas por força da Resolução nº 335/96, bem como de autorização para que seja procedida a reinventariação patrimonial do órgão, como objetivo de promover o respectivo acerto físico e contábil.

O citado processo foi a Plenário desta Corte de Contas, cujo voto exarado pelo Exmº Sr. Conselheiro-Relator José Maurício de Lima Nolasco, em Sessão realizada em 03/12/2002 (DOC. 21, fls. 124/126, da P.A.), julgou pela: *"LIBERAÇÃO, in casu, da remessa das Prestações de Contas dos responsáveis pelos Bens Patrimoniais das unidades extintas da SEAAPI, com as DETERMINAÇÕES propostas pela Instrução às fls. 42 e 43."*

As Determinações propostas pela Instrução às fls. 42 e 43 do Processo TCE nº 107.285-8/02, foram as que transcreveremos abaixo:

"1 - A liberação, in casu, da apresentação das prestações de contas dos responsáveis pelos Bens Patrimoniais das unidades extintas da SEAAPI, relativas ao período posterior à Resolução nº 335/96 e ainda não encaminhadas a este Corte, com fulcro no artigo 7º da Lei Complementar nº 63/90;

2 - Determinação à atual Administração da SEAAPI para que, através dos agentes competentes:

- Promova, de imediato, através de Comissão de Vistoria constituída para esse fim, a reavaliação patrimonial do órgão de modo a que os registros contábeis reflitam a real existência física dos bens;*
- Providencie a designação formal de agentes responsáveis pelos bens patrimoniais das diversas unidades de sua atual estrutura, caso ainda não efetuada;*

3 - *Determinação ao atual responsável pelo Controle Interno da SEAAPI, cujo cumprimento será objeto de futura verificação, para que:*

- *proceda ao levantamento das prestações de contas dos responsáveis pelos bens patrimoniais das unidades atualmente existentes e que ainda não foram encaminhadas a este Tribunal, no sentido de agilizar a sua remessa, em atendimento ao disposto nos parágrafos 2º e 3º do art. 9º da Lei Complementar nº 63/90;*
- *observe, doravante, o disposto no inciso II do art. 8º da Lei Complementar nº 63/90 c/c o § 1º do art 13 e o artigo 25, inciso I, ambos da Deliberação TCE nº 198/96;*
- *adote as medidas cabíveis, junto aos agentes responsáveis das unidades integrantes da estrutura administrativa do Órgão, com vistas ao efetivo controle dos bens patrimoniais sob a sua guarda.*

4 - *a ciência a Inspeção competente para que, nas próximas inspeções realizadas na SEAAPI, verifique e acompanhe, in loco, a adoção das medidas propostas nos itens 2 e 3 desta instrução."*

Desta feita, em cumprimento ao que determinou o Item 4 do voto supra, solicitamos junto aos setores competentes, informações quanto as medidas implementadas, a fim de regularizar a situação patrimonial da SEAAPI, em atendimento aos Itens 2 e 3 do voto em epígrafe, e fomos informados pela Coordenadoria de Contabilidade Analítica da SEAAPI (DOC. 22, fls. 127/129 da PA), que foram adotadas as seguintes providências:

"I - Quanto à Determinação de N.º 02

- *Providenciada a Designação de Comissão de Vistoria, conforme Ofício DPA/SEAAPI N.º 30/203;*
- *Todos os agentes das diversas Unidades administrativas encontram-se formalmente designados.*

II) Quanto à Determinação de N.º 03

- *Informamos que as Unidades atualmente existentes encontram-se regulares quanto à apresentação de Prestação de Contas;*
- *Informamos que estão sendo observados as disposições da Lei Complementar 63/90 e Deliberação T.C.E N.º 198 quanto aos procedimentos de Prestação de Contas e Tomada de Contas, bem como a orientação aos agentes responsáveis por Bens Patrimoniais visando o melhor controle do acervo patrimonial sob a sua guarda."*

TCE-RJ
PROCESSO N.º 104.885-5/03
RUBRICA 4 FLS. 29

Assim sendo, entendemos que as medidas adotadas pelos Setores competentes da SEAAPI, em especial a Divisão de Patrimônio, conforme evidenciam os documentos expedidos pela referida divisão (DOC. n.º 23, fls. 130/157 da P.A.), atendem as determinações emanadas pelo Plenário desta Corte de Contas, devendo, no entanto, ser acompanhada em próximas Inspeções naquela Pasta, a sua efetividade.

XIII - ALMOXARIFADO:

A SEAAPI possui em sua sede Almojarifado, gerido pela Divisão de Suprimentos, conforme estabelece o Artigo 23, inciso II, do seu Regimento Interno, "in fine":

"Artigo 23.....

II – Divisão de Suprimentos:

A Divisão de Suprimentos manterá um Almojarifado, encarregado de receber, conferir e atestar o material entregue por fornecedor, armazenar em condições adequadas o material conferido e aceito; registrar, diariamente, o movimento de entradas e saídas de material de acordo com as notas fiscais e solicitações atendidas"

O atual responsável pelo Almojarifado da SEAAPI, é o Sr. Gedemar Ramos de Araújo, mat. 014.409-7 (vide, DOC. n.º 04, fls. 16 da PA).

Quanto as instalações físicas do almojarifado, o mesmo funciona em uma sala no prédio anexo a SEAAPI, onde são estocados somente material de consumo e permanente, apresentando iluminação, ventilação e dispositivos de combate a incêndio satisfatórios, além de estarem devidamente acondicionados.

Cabe destacar que, face a pequena quantidade de entrada e saída de material de consumo, bem como a ocorrência de um único procedimento de compra de material de consumo no período inspecionado (01/01 a 11/04/2003), não nos aprofundamos em verificar o controle adotado por aquele setor, à luz do que determina a Seção 16 da Portaria n.º 25 IGF, de 12/06/78, que aprovou o Manual de Contabilidade do Estado do Rio de Janeiro, no que concerne às aquisições e baixas dos Bens em Almojarifado no período em exame, o qual poderá ser realizado em próximas Inspeções na Secretaria.

Constatamos que foi realizado ao final do Exercício de 2002, inventário das existências físicas dos bens em almojarifado, a fim de instruir a prestação de contas do responsável pela guarda de tais bens na SEAAPI, em

TCE-RJ
PROCESSO N.º 104.885-5/03
RUBRICA X FLS. 30

cumprimento ao que estabelece o disposto no inciso III, do art. 17 da Deliberação TCE-RJ n.º 198/96 (DOC. 24, fls. 158/160 da PA).

Com relação aos Demonstrativos Mensal das Operações – DMO's, verificamos que os mesmos estão sendo elaborados, mensalmente, pelo responsável do Almoxarifado da SEAAPI, na forma estabelecido pela mencionada Deliberação.

XIV - RELATÓRIOS DE INSPEÇÃO ANTERIORES

Quanto ao cumprimento das determinações e recomendações exaradas nos autos do Processo TCE/RJ n.º 105.419-7/02, que trata da Inspeção Ordinária realizada na SEAAPI, referente ao Exercício de 2001, cujo voto do Conselheiro-Relator Aluisio Gama de Souza, em Sessão realizada no dia 24 de setembro de 2002 (DOC. 25, fls. 161/163 da P.A.), decidiu na forma abaixo:

"1) Pelo CONHECIMENTO da presente inspeção Ordinária, com as determinações propostas às fls. 26;"

Abaixo seguem as Determinações e Recomendações que foram fixadas por esta Corte de Contas:

"DETERMINAÇÕES

- a. *Exigir de todos os licitantes, cadastrados ou não, prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, conforme determina o § 3º do art. 215 da Constituição Estadual, regulamentado pela Lei Estadual n.º 3.050/98 (art. 1º e 2º), bem como o art. 2º da Lei Federal n.º 9.012/95, os quais não fazem distinção entre empresas cadastradas e não cadastradas (subitem 06.2.3);*
- b. *Encaminhar aos setores competentes para cumprimento das determinações e recomendações do Tribunal de Contas, quando do recebimento do Ofício de Comunicação da decisão Plenária (subitem 08.1).*

RECOMENDAÇÕES

- a. *Enviar esforços visando a implementação dos projetos relacionados aos Programas consignados no orçamento, de forma que o alcance das metas previstas não seja prejudicado, evitando prejuízos no cumprimento da Missão Institucional da Secretaria (subitens 06.1 e 06.3);*

- b. *Planeje adequadamente o orçamento da SEAAPI, evitando a inclusão de projetos e atividades de difícil execução, de forma a não ferir o art. 2º da Lei Federal 4320/64 (Subitem 06.1 e 06.3);*
- c. *Planejar adequadamente a aquisição de materiais de consumo, compatibilizando as aquisições com a efetiva demanda, evitando com isso uma aquisição superior ou mesmo desnecessária às reais necessidades da Secretaria (subitem 08.2)."*

Com intuito de verificar o cumprimento das Determinações e Recomendações em destaque, solicitamos informações junto ao Gabinete do atual Secretário da SEAAPI, à respeito do seu efetivo atendimento, e temos a observar que:

- quanto a Determinação da alínea "a", constatamos que no período compreendido pela Inspeção Ordinária não foi realizada qualquer procedimento licitatório (vide DOC. n.º 07, fls. da PA), a fim de que pudéssemos checar se foi observado o seu cumprimento, no entanto, fomos informados que nas próximas licitações será exigido o documento citado na referida alínea.

Desta forma, nas próximas inspeções a serem realizadas naquela Secretaria, deverá ser verificado se houve o cumprimento de tal Determinação, caso tenha sido realizado procedimento licitatório, nas modalidades legalmente previstas.

- quanto ao atendimento da Determinação da alínea "b", constatamos que houve a circularização da decisão deste Tribunal pelos setores competentes, visando o cumprimento das Determinações e Recomendações acima, embora a mesma tenha sido realizada pela atual Administração da SEAAPI, por seu Diretor Geral de Administração e Finanças, no dia 10 de abril de 2003 (DOC. n.º 26, fls. 164/166 da PA), haja vista que na gestão anterior não foi adotada quaisquer providências, em que pese o fato de que a mesma foi formalmente comunicada do teor do mencionado voto em 22/10/2002, pelo Ofício TCE/SSE n.º 19.176 de 03/10/02.

Sendo assim, nas próximas inspeções a serem realizadas na SEAAPI, será verificado se houve o efetivo cumprimento das Determinações e Recomendações emanadas por esta Corte de Contas, pelos setores competentes.

XV - CONTROLE INTERNO

Quanto ao Controle Interno da SEAAPI, temos a destacar que o mesmo é desempenhado pela Coordenadoria de Contabilidade Analítica, a qual está subordinado hierarquicamente ao Departamento Geral de Administração e Finanças da SEAAPI e sujeito à supervisão técnica da Contadoria Geral do Estado, consoante ao que determina o decreto n.º 27.894, de 08/03/2001.

O retromencionado Decreto transferiu a competência pelo exercício das atividades relativas à contabilidade analítica das Inspetorias Setoriais de Finanças para as Coordenadorias de Contabilidade Analítica, conforme segue:

"Art. 4 - As competências atribuídas às Inspetorias Setoriais de Finanças, hoje denominadas Contadorias Seccionais nos artigos 22 (caput) e 31 do Decreto n.º 3.148, de 28 de abril de 1980, ficam transferidas para as Coordenadorias de Contabilidade Analítica, previstas no Art. 2º deste Decreto."

Demais disso, a Portaria CGE n.º 52, de 23/04/2001 da Contadoria Geral do Estado, definiu as principais atribuições das Coordenadorias de Contabilidade Analítica na forma abaixo:

"Art. 1º - Informar principais atribuições das Coordenadorias de Contabilidade Analítica criadas por força do Decreto n.º 27894 de 06/03/2001, no que se refere as competências definidas no Decreto n.º 3.148, de 28 de abril de 1980, tendo por base o art. 88 da Resolução SEF n.º 2.726, de 07 de agosto de 1996."

Vale ressaltar que o Controle Interno é de extrema relevância na estrutura de qualquer Órgão/Entidade da Administração Pública, em especial a estadual, senão vejamos:

O Decreto Estadual de n.º 3.148 de 28/04/90, que regulamenta o Controle Interno no Estado do Rio de Janeiro, preconiza em seu artigo 1º que:

"Art. 1º - Controle Interno é exercício da fiscalização das atividades de administração financeira que os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário desempenham no âmbito das respectivas jurisdições, através de órgãos integrantes das próprias estruturas, visando ao fiel cumprimento do disposto neste decreto, adotando as normas e planos de contabilidade vigentes no Poder Executivo."

O Inciso I, do artigo 53 da Lei Complementar n.º 63/90, ao seu turno, dispõe sobre a ação do Controle Interno, o qual visa:

"I - avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos do Estado;

TCE-RJ
PROCESSO N.º 104.885-5/03
RUBRICA *[assinatura]* FLS. 33

- II – comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia, eficiência e economicidade, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração estadual, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado;*
III – exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres do Estado;
IV – apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional."

Tendo como base as atribuições legais a cargo da Coordenadoria de Contabilidade Analítica da SEAAPI, realizamos alguns comentários que julgamos pertinentes, acerca do seu cumprimento, devendo ser considerado o exíguo tempo de permanência da equipe de Inspeção naquela Secretaria, bem como a ausência de aplicação orçamentária dos Programas de Trabalho relacionados a atividade finalísticas da SEAAPI, conforme visto no Item VIII.2 deste Relatório, bem como a ausência de receitas oriundas da Fonte "12" (vide Item VI do presente Relatório).

Verificamos também, que o Controle Interno vem adotando medidas a fim de proceder o levantamento das prestações de contas dos responsáveis pelos bens patrimoniais das unidades atualmente existentes e que ainda não foram encaminhadas a este Tribunal, no sentido de agilizar a sua remessa, em atendimento ao disposto nos parágrafos 2º e 3º do art. 9º da Lei Complementar nº 63/90;

Além disso, o Controle Interno vem implementando diversas medidas, junto aos agentes responsáveis pelas unidades patrimoniais integrantes da estrutura administrativa do Órgão, com vistas ao efetivo controle dos bens patrimoniais, sob a sua guarda.

Porquanto, entendemos que o Controle Interno da SEAAPI vem cumprindo sua função precípua, de maneira satisfatória.

XVI – APLICAÇÃO DE RECURSO NA ÁREA DE SAÚDE

XVI.1 – SAÚDE (FUNÇÃO 10)

Em cumprimento a Determinação de n.º 21, exarada nas Contas das Contas de Gestão de 2001, em Sessão Especial de 14/05/02, pela qual a Secretaria-Geral de Controle Externo deverá: *"Efetuar, através da Inspeção competente, nos órgãos e entidades que efetuaram gastos com saúde, indicados no item 9.4 deste Relatório, acerca:*

- do cumprimento do artigo 55 do Decreto n.º 27.895/01;

- das despesas efetuadas, especificamente, com recursos da fonte 000 – ordinários não-vinculados e 006 – fundo de participação dos estados, com o fito de comprovar se atendem aos princípios e diretrizes contidos na Lei Federal n.º 8.080/90 – Lei Orgânica da Saúde, bem como ao disposto nos artigos 196 a 198 da Constituição Federal e 287 a 289 da Constituição Estadual."

Outrossim, paralelamente a presente Inspeção, em cumprimento a determinação acima, efetuamos o levantamento da aplicação dos recursos concernentes a gastos com saúde, descentralizados do FES – Fundo Estadual de Saúde.

Convém destacar, que o foco da nossa análise foi direcionado para a verificação da aplicação dos créditos orçamentários descentralizados do FES – Fundo Estadual de Saúde para a SEAAPI, sendo a base de nosso exame foi o Exercício de 2002.

Assim sendo, requeremos para verificação, todos os atos, tanto unilaterais quanto bilaterais, relacionados à aplicação financeira dos recursos orçamentários descentralizados do FES.

Desta forma, a fim de verificar se os gastos com saúde efetivados pelos órgãos cujas atividades-fim não abrangem tais ações em cumprimento à aludida Determinação, procedemos o levantamento dos dispêndios efetuados pela SEAAPI, à conta do PT 2961.10.306.0181.1138 – Combate à Desnutrição, do FES – Fundo Estadual de Saúde, por meio da Descentralização da Execução de Créditos Orçamentários, no valor de R\$ 2.511.000,00.

A descentralização em referência foi autorizado pelo Decreto n.º 30.501 de 29 de janeiro de 2002 (DOC. n.º 28, fls. 168/169 da PA), que modificou o quadro de detalhamento das despesas orçamentárias do Fundo Estadual de Saúde – FES, no valor de R\$ 2.511.000,00, para aplicação na implementação do Programa Compartilhar/Cheque Cidadão – Trabalhador Rural, nas regiões Norte e Nordeste, conforme estabelecido em seu artigo 2º, *in verbis*:

Art. 2º - Fica modificado o Quadro de Detalhamento das Despesas Orçamentárias do fundo Estadual de Saúde – FES, no valor de R\$ 2.511.000,00 (dois milhões, quinhentos e onze mil reais), na forma do anexo II, para que a Secretaria de Estado de

TCE-RJ
PROCESSO N.º 104.885-5/03
RUBRICA " " FLS. 35

Agricultura, Abastecimento, Pesca e Desenvolvimento do Interior – SEAAPI realize mediante descentralização de crédito orçamentária a implementação do Programa Compartilhar/Cheque Cidadão – Trabalhador Rural, nas regiões Norte e Noroeste."

Assere destacar, a expedição da Resolução Conjunta SES/SEAAPI N.º 69 de 30 de janeiro de 2002 (DOC. n.º 29, fls. 170 da PA), na qual os Secretários de Estado de Saúde e de Agricultura, Abastecimento, Pesca e Desenvolvimento do Interior, à época, Gilson Catarino O'Dwyer e Christino Áureo da Silva, respectivamente, resolvem descentralizar a execução do crédito orçamentário para a implementação do Programa Compartilhar Cheque Cidadão, conforme segue:

"Art. 1º - Descentraliza a execução do crédito orçamentário na forma especificada:
I - OBJETO: Implementação do Programa Compartilhar /Cheque Cidadão -

Trabalhador Rural.

II - VIGÊNCIA

Data de início: 31/01/2002 Término: 31/03/2002.

III - DE/Concedente: 2900 - Secretaria de Estado de Saúde do Rio de Janeiro.

IV - PARA/Executante: 1300 - Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento, Pesca e Desenvolvimento do Interior.

UO: 1301 - Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento, Pesca e Desenvolvimento do Interior.

UG: 1301 00 - Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento, Pesca e Desenvolvimento do Interior.

V - CRÉDITO

PT 2961.10.306.0181.1138 - Combate à desnutrição

Natureza da Despesa	Fonte	Valor
3390.14	00	R\$ 9.000,00
3390.30	00	R\$ 2.000,00
3390.39	00	R\$ 2.500.000,00*

Através da Nota de Movimentação de Crédito 2002NC00017 de 31/01/2002 (DOC. n.º 30, fls. da PA), foi concedido pelo FES - Fundo Estadual de Saúde a SEAAPI - Secretaria de Estado de Agricultura, Abastecimento, Pesca e Desenvolvimento do Interior, o crédito de R\$ 2.511.000,00, para efeito de empenho e financiamento, visando a implementação do Programa Compartilhar /Cheque Cidadão - Trabalhador Rural.

Convém ressaltar, as disposições do Decreto Estadual n.º 27.895/01, em especial a contida em seu artigo 55, abaixo transcrito, que também foram lembradas quando da análise daquelas Contas:

TCE-RJ
PROCESSO N.º 104.885-5/03
RUBRICA *X* FLS. 36

"Art. 55 - A execução descentralizada dos créditos orçamentários observará obrigatória e integralmente a consecução do objeto previsto no programa de trabalho consignado no orçamento, respeitada fielmente a classificação funcional, por fonte de recursos e por natureza de despesa."

XVI.2 - FINALIDADE DOS RECURSOS DESCENTRALIZADOS

Os recursos descentralizados da SEAAPI, foram utilizados para a implementação do Programa denominado *"Compartilhar /Cheque Cidadão - Trabalhador Rural"*, o qual foi instituído na gestão do então Governador do Estado do Rio de Janeiro, Sr. Antony Garotinho, pelo Decreto nº 29.527 de 23/10/2001, que de acordo com o seu art. 2º, visa: *"à distribuição de cupons para aquisição de cestas de produtos essenciais, aos trabalhadores rurais temporários das lavouras de cana-de-açúcar no período de entressafra"* (DOC. nº 31, fls. 172/173 da PA).

O citado Programa, sem prejuízo de outras ações assistenciais, foi criado para conceder aos trabalhadores rurais temporários, previamente cadastrados, das lavouras de cana-de-açúcar no período de entressafra, cupom nominal no valor de R\$ 100,00 (cem reais), a ser utilizado na aquisição de alimentos e produtos de higiene e limpeza, conforme modelo constante do DOC. nº 32, às fls. da P.A.

Convém registrar, que o Programa assemelha-se com o instituído pelo Decreto n.º 25.681 de 05 de novembro de 1999, denominado por *"Compartilhar/Cesta do Cidadão"*, destinado a assistir famílias carentes do Estado do Rio de Janeiro, com a distribuição de cupom para aquisição de cestas de produtos essenciais.

Visando a operacionalização do Programa em comento, a SEAAPI firmou convênio com a ASSERJ - Associação de Supermercados dos Estados do Rio de Janeiro, em 20/12/2001 (DOC. nº 33, fls. 174/185 da PA), pelo qual a ASSERJ ficou responsável pelo credenciamento dos estabelecimentos comerciais do ramo de gêneros alimentícios, para receberem os cupons distribuídos pela SEAAPI. O mencionado termo de convênio, foi enviado a este Tribunal de Contas, sendo formalizado sob o n.º TCE 100.115-8/02, o qual encontra-se arquivado no CPG/A em 22/01/2003.

Além disso, a SEAAPI, com apoio da EMATER, realizou cadastramento dos trabalhadores rurais temporários, nos municípios de Quissamã, Carapebus, Casemiro de Abreu, Campos de Goytacazes, São João da Barra, São Fidélis, Cardoso Moreira e São Francisco de Itabapoana, todos localizados na região Norte e Noroeste do Estado do Rio de Janeiro, com a finalidade de verificar se os mesmos preenchiam os requisitos previstos nos incisos I a IV, do art. 2º, de Decreto n.º 29.526, para então receberem os cupons distribuídos pelo Programa.

De acordo com o do Plano de Trabalho constante do Convênio celebrado, o Programa destina-se a atender 5000 famílias, no período de novembro e dezembro de 2001 e janeiro a abril de 2003.

Requeremos informações à respeito do cadastramento dos trabalhadores rurais e distribuição dos cupons do Programa, é o Sr Luis Fernando do Couto Carrapatoso, um dos responsáveis pela operacionalização do Programa nos informou que (DOC. n.º 34, fls. 186 da P.A.):

"3. Da Distribuição e Operacionalização do programa - A distribuição do Cheque Cidadão Trabalhador Rural é realizada nos seguintes municípios/localidade.

- 3.1. Quissamã - 612 pessoas cadastradas*
- 3.2. Carapebus - 276 pessoas cadastradas*
- 3.3. Dorcas de Macabu - 519 pessoas cadastradas (Macabé)*
- 3.4. Casemiro de Abreu - 117 pessoas cadastradas*
- 3.5. Campos de Goytacazes - 1.805 pessoas cadastradas*
- 3.6. Campo Novo/Barcelos - 532 pessoas cadastradas (Dist./Campos)*
- 3.7. S.J. da Barra/Grassal - 323 pessoas cadastradas*
- 3.8. Conselheiro Josino - 109 pessoas cadastradas (Dist./Campos)*
- 3.9. São Fidélis - 155 pessoas cadastradas*
- 3.10. Cardoso Moreira - 125 pessoas cadastradas*
- 3.11. S.F. Itabapoana - 280 pessoas cadastradas"*

A distribuição dos cheques é coordenada por uma equipe da SEAAPI que atua em conjunto com as ADL."

Com base na informação supra, constata-se que foram cadastradas 4923 famílias para o recebimento dos cheques.

Sendo assim, requeremos por meio da Solicitação de Documentos e Informações de n.º 002/03 de 27/03/03 (DOC. n.º 35, fls. 187/188 da PA), a cópia do cadastro das famílias que foram beneficiados pelo Programa, sendo respondido, informalmente, pelo Sr. Luis Fernando do Couto Carrapatoso, que para cada família cadastrada foi preenchido um formulário com informações pessoais e sócio-econômicas do requerente e do companheiro (a), o qual foi

TCE-RJ
PROCESSO N.º 104.885-5/03
RUBRICA *de* FLS. 38

arquivado em pastas individuais, juntamente com cópias dos documentos pessoais do cadastrado, além daqueles considerados indispensáveis conforme prevê a legislação que instituiu o Programa, os quais são:

- a - declaração de trabalho na lavoura;
- b - declaração de renda familiar;
- c - declaração de matrícula dos filhos e/ou dependentes em idade escolar, em escolas da rede pública estadual e municipal;
- d - cópias da carteira de vacinação dos filhos menores.

Face a considerável quantidade de pastas com os documentos dos beneficiários cadastrados, em torno de 4.923, as quais, conforme verificamos, encontram-se devidamente acondicionadas em uma sala da SEAAPI, solicitamos, por amostragem, uma pasta por trabalhador cadastrado por município/localidade (DOC. nº 38, fls. 189/230 da PA), e da análise destes documentos constatamos o que se segue:

- falta da comprovação de trabalho na última colheita de cana-de-açúcar, expedido por uma das entidades mencionadas no inciso I, do art. 2º do Decreto nº 29.527, dos beneficiários Joeme Gomes de Souza e Odair José Pereira Ribeiro;

- ausência da comprovação de matrícula em estabelecimento de ensino municipal ou estadual de dependente, referente ao beneficiário Joeme Gomes de Souza, quanto a sua dependente Débora Gomes de Souza, da localidade Campo Novo/Barcelos em Campos;

- ausência da carteira de vacinação do filho e/ou dependente menor de 10 anos, referente aos beneficiários José Antônio de Souza Ramos, inobservando ao que estabelece o inciso IV, art. 2º do Decreto nº 29.257/01;

- declaração de estabelecimento de ensino, mencionando que o dependente do beneficiário assistiu aulas até o 2º bimestre, conforme consta do cadastro da beneficiária Lucinete Caetano Pessanha, da localidade Campos de Goytacazes, referente a seu dependente Uéverton Pessanha de Azevedo, desatendendo ao que dispõe o inciso III, art. 2º, do Decreto nº 29.257/01;

- declaração expedida por associação, a fim de comprovar que o beneficiário trabalhou na colheita de cana-de-açúcar, sem constar a identificação da associação, seu CNPJ, endereço e estatuto social, de maneira que se possa atestar a sua existência jurídica, dos beneficiários Lucinete Caetano Pessanha, Amaro Fernandes Azevedo, Cláudia Márcia de Azevedo Oliveira Gomes, Márcio José Gonçalves de Souza e Márcia de Souza Viana;

*Conforme constatado
segundo o fls. 38
da PA
os documentos
estão em
ordem*

TCE-RJ
PROCESSO N.º 104.885-5/03
RUBRICA <i>muç</i> FLS. 39

Ademais, verificamos que não houve a constatação quanto a regularidade da frequência dos filhos e/ou dependentes matriculados em escolas da rede pública municipal ou estadual, inobservando a parte final do inciso III, do art. 2º do Decreto nº 29.527 de 23/10/01.

Desta forma, solicitamos esclarecimentos ao Sr. Luís Fernando do Couto Carrapatoso, servidor da SEAAPI, envolvido no cadastramento e distribuição dos cupons, sobre a ocorrência acima, sendo-nos informado pelo mesmo que não foi possível verificar junto ao estabelecimento de ensino se os dependentes dos beneficiários estavam frequentando com regularidade as aulas, pois, à época do cadastramento e até mesmo da distribuição dos cupons, a SEAAPI não dispunha de pessoal suficiente para executar esta tarefa, além disso a realização do cadastramento dos beneficiários, visando a entrega dos cupons, foi realizado num prazo exíguo.

Portanto, fica evidente a ausência de fiscalização da SEAAPI, quanto à verificação dos requisitos necessários para o recebimento do cheque cidadão trabalhador rural, a ser realizada posteriormente ao cadastramento dos beneficiários.

Face ao exposto, destacamos que a ausência de fiscalização, quanto às condições a serem preenchidas pelos beneficiários do programa Compartilhar/ Cheque Cidadão, ensejará determinação no sentido de fortalecer o Controle da SEAAPI, no que concerne à efetividade do mencionado programa.

Consta ainda, relação de entrega dos cheques aos trabalhadores beneficiados pelo programa, realizado no Município de São Francisco de Itabapoana (DOC. nº 37, fls. 231/261 da PA), referente as meses de fevereiro e março de 2002.

XVI.3 - EMPENHOS EMITIDOS

Abaixo seguem relacionados os empenhos emitidos para a realização da despesa visando a implementação do Programa acima, cujo recursos orçamentários originaram-se do Programa de Trabalho do Fundo Estadual de Saúde - FES/Unidade Orçamentária 2961, conforme a Natureza da Despesa:

TCE-RJ
PROCESSO N.º 104.885-5/03
RUBRICA FLS. 40

108	28/02/2002	ASSERJ	1.000.000,00
109	01/03/2002	ASSERJ	226.900,00
255	15/03/2002	ASSERJ	224.200,00
284	01/04/2002	ASSERJ	1.600,00
365	03/04/2002	ASSERJ	200,00
*1042	07/11/2002	ASSERJ	(82.800,00)

Vide DOC. n.º 38, fls. 262/267 da PA

* a mencionada nota de empenho, foi emitido para fins de anulação da 2002NE00108 de 28/02/2002.

Os empenhos acima forma emitidos para a realização da despesa junto a ASSERJ – Associação dos Supermercados do Estado do Rio de Janeiro, responsável pelo cadastramento dos supermercados nos municípios.

2002NE00086	26/02/2002	Messias M. Pereira	68,00
2002NE00087	26/02/2002	Neide M. G de Araújo	651,00
2002NE00088	26/02/2003	Ivair Nunes da Silva	336,00
2002NE00089	26/02/2002	Claudiner Martins Lourenço	266,00
2002NE00090	26/02/2002	Giofrani de Almeida Mota	266,00
2002NE00091	26/02/2002	Rafael Santos Pereira	526,00
2002NE00092	26/02/2002	Antônio José B. Saraiva	336,00
2002NE00093	26/02/2002	Luiz Fernando C. Carrapatoso	526,00
2002NE00094	26/02/2002	Renato de Moraes Viegas	976,00
2002NE00229	14/03/2002	Alberto Messias Mofali	440,00
2002NE00230	14/03/2002	Neide M. G. de Araújo	597,00
2002NE00231	14/03/2002	Ivair Nunes da Silva	292,00
2002NE00232	14/03/2002	Renato de Moraes Viegas	682,00
2002NE00233	14/03/2002	Rafael Santos Ferreira	482,00
2002NE00234	14/03/2002	Luiz Fernando C. Carrapatoso	482,00
2002NE00235	14/03/2002	Claudiner Martins Lourenço	232,00
2002NE00236	14/03/2002	Wilson José Vieira	292,00
2002NE00237	14/03/2002	Antônio J. B. Saraiva	292,00
2002NE00238	14/03/2002	Giofrani de A. Mota	232,00
*2002NE00269	20/03/2002	Antônio J. B. Saraiva	(292,00)
**2002NE00658	10/07/2002	Renato de Moraes Viegas	(41,00)

TCE-RJ
PROCESSO N.º 104.885-5/03
RUBRICA *pag. 11* FLS. 41

* a mencionada nota de empenho, foi emitida para fins de anulação total da 2002NE00237 de 14/03/2002.

** a mencionada nota de empenho, foi emitida para fins de anulação parcial da 2002NE00094 de 26/02/2002.

Convém observar que os empenhos relacionados no quadro acima, foram emitidos para o pagamento de servidores da SEAAPI, que trabalharam no cadastramento e distribuição dos cupons do Programa Compartilhar/Cheque Cidadão - Trabalhador Rural (DOC. nº 39, fls. 268/286 da PA).

XVI.4 - LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO DA DESPESA

À conta do Programa de Trabalho de nº 2961.103060180.1138, referente a Natureza de Despesa nº 339039, foi liquidado pela CCA - Coordenadoria de Contabilidade Analítica da SEAAPI, o montante de R\$ 1.370.100,00 (um milhão, trezentos e setenta mil e cem reais), sendo que deste total, foram efetivados os pagamentos relacionados a seguir:

Empenho	Parcela	Data	Assessoria	Valor
E-02/341/02	109/02	04/03/2002	ASSERJ	226.900,00
E-02/568/02	183/02	19/03/2002	ASSERJ	243.000,00
E-02/570/02	184/02	19/03/2002	ASSERJ	178.000,00
E-02/571/02	185/02	19/03/2002	ASSERJ	195.500,00
E-02/595/02	197/02	22/03/2002	ASSERJ	26.600,00
E-02/596/02	198/02	22/03/2002	ASSERJ	267.200,00
E-02/566/02	334/02	04/04/2002	ASSERJ	224.200,00
E-02/661/02	335/02	04/04/2002	ASSERJ	100,00
E-02/662/02	336/02	04/04/2002	ASSERJ	6.800,00
E-02/598/02	656/02	12/06/2002	ASSERJ	1.600,00
E-02/660/02	657/02	12/06/2002	ASSERJ	200,00

Fontes: SIAFEM e DOC. nº 40, fls. 287/299 da PA

Abaixo seguem relacionados os pagamentos com Diárias Pessoal

Civil:

Empenho	Parcela	Data	Nome	Valor
02/356/02	118/02	12/03/2002	Messias Martins Pereira	68,00
02/356/02	119/02	12/03/2002	Neide M. Gonçalves de Araújo	651,00

TCE-RJ
PROCESSO N.º 104.885-5/03
RUBRICA *pesquisa* FLS. 42

02/356/02	122/02	12/03/2002	Ivaír Nunes da Silva	336,00
02/356/02	120/02	12/03/2002	Claudiner Martins Lourenço	266,00
02/356/02	121/02	12/03/2002	Glofrani de Almeida Mota	266,00
02/356/02	123/02	12/03/2002	Rafael Santos Pereira	526,00
02/356/02	124/02	12/03/2002	Antônio José B. Saralva	336,00
02/356/02	125/02	12/03/2002	Luiz Fernando C. Carrapatoso	526,00
02/356/02	127/02	12/03/2002	Renato de Moraes Viegas	976,00
02/573/02	280/02	02/04/2002	Alberto Messias Mofati	440,00
02/573/02	417/02	13/06/2002	Neide M. Gonçalves de Araújo	597,00
02/573/02	418/02	13/06/2002	Ivaír Nunes da Silva	292,00
02/573/02	419/02	13/06/2002	Renato de Moraes Viegas	682,00
02/573/02	420/02	13/06/2002	Rafael Santos Ferreira	482,00
02/573/02	421/02	13/06/2002	Luiz Fernando C. Carrapatoso	482,00
02/573/02	422/02	13/06/2002	Claudiner Martins Lourenço	232,00
02/573/02	423/02	13/06/2002	Wilson José Vieira	292,00
02/573/02	424/02	13/06/2002	Glofrani de A. Mota	232,00

Fontes: SIAFEM

Nota-se dos demonstrativos supra, que do total que foi descentralizada para execução da despesa junto a SEAAPI, no valor de R\$ 2.511.000,00, houve a execução financeira de R\$ 1.377.741,00, que corresponde a 54,87% do destaque concedido.

Quanto ao montante não utilizado financeiramente pela SEAAPI (R\$ 1.133.259,00), o mesmo foi cancelado no mês de dezembro de 2002 e retornou ao Programa de Trabalho do Fundo Estadual de Saúde – FES, através da Nota de Crédito nº 00136, emitida em 31/12/2002 (DOC nº 41, fls. 300 da P.A.)

Tendo como arrimo os documentos e informações colhidas, permitto-nos concluir quanto ao tópico em epígrafe que:

- a descentralização dos recursos, oriundos do Fundo Estadual de Saúde – FES, Fonte 10, referente ao Programa de Trabalho n.º 2961.103060180.1138, para execução na SEAAPI, no valor de R\$ 2.511.000,00, sendo desse total foi efetivamente gasto o montante de R\$ 1.377.741,00, sendo que o saldo remanescente foi cancelado;

- a aplicação dos recursos descentralizados foram para a implantação do Programa Compartilhar/Cheque Cidadão – Trabalhador Rural, sendo que este, a nosso ver, não corresponde a gasto ligados com saúde, mas sim com ação assistencial, de geração de renda, nos moldes do programa Compartilhar Cheque Cidadão, implementado pela Secretaria de Estado de Ação Social – SASC, através da Fundação para Infância e Adolescência – FIA.

- a ocorrência de falhas no cadastramento das famílias, a serem beneficiados com o Programa Compartilhar/Cheque Cidadão – Trabalhador Rural

- a ausência de fiscalização da SEAAPI, quanto a verificação dos requisitos necessários para o recebimento do cheque cidadão trabalhador rural, a ser realizada posteriormente ao cadastramento dos beneficiários, em observância a parte final do inciso II, do art. 2º, do Decreto nº 29.527/01.

Outrossim, entendemos que deverá ser dada ciência à Coordenadoria de Auditoria de Desempenho – CAD, responsável pela análise das contas de gestão do Governador do Estado do Rio de Janeiro, do apurado neste tópico da presente Inspeção.

Esgotados os trabalhos de Inspeção, restaram caracterizados os seguintes fatos:

XV.1 – QUE SERÃO OBJETO DE DETERMINAÇÃO:

- o fortalecimento do Controle da SEAAP, visando verificar as condições necessárias para que o programa Compartilhar /Cheque Cidadão alcance a sua efetividade (Item XVI.2 deste Relatório);

XV.2 – QUE SERÃO ALVO DE FUTURAS VERIFICAÇÕES;

- a verificação quanto ao tipo de controle adotado, visando a aplicação das receitas oriundas de convênios (Fonte 12), em contas bancárias mantidas pela SEAAPI com esta finalidade (Item VI deste Relatório);

- a análise quanto aplicação financeira dos Programas de Trabalho referentes aos Projetos ligados as atividades finalísticas da SEAAPI (Item VIII.2 deste relatório);

- o controle empreendido pelo setor competente nas movimentações dos bens patrimoniais (Item XI, deste Relatório);

- a rotina de controle adotado pelo Setor de Almoxarifado da SEAAPI, no que concerne a movimentação de material neste setor, com base na Seção 16 da Portaria n.º 25 IGF, de 12/06/78, que aprovou o Manual de Contabilidade do

TCE-RJ
PROCESSO N.º 104.885-5/03
RUBRICA *pref.* FLS. 44

Estado do Rio de Janeiro e no Inc. II, do artigo 23 do Regimento Interno da SEAAPI (Item XII, do presente Relatório);

- o cumprimento da Determinação referente ao Item "a", constante da Conclusão do Relatório de Inspeção, formalizado sob o n.º TCE-RJ 105.419-7/02, que trata da Inspeção Ordinária realizada na SEAAPI, referente ao Exercício de 2001, conforme decisão plenária de 24/09/2002 (Item XIII, do presente Relatório).

Ante todo o exposto, somos:

1- Pelo **CONHECIMENTO** da presente Inspeção Ordinária;

2- Pela **DETERMINAÇÃO** à SEAAPI na forma que se segue:

- envie esforços no sentido de fortalecer o Controle da SEAAP, visando verificar as condições necessárias para que o programa Compartilhar /Cheque Cidadão alcance a sua efetividade (Item XVI.2 deste Relatório);

3 - O **ENCAMINHAMENTO** do presente Relatório de Inspeção à Coordenadoria de Auditoria e Desenvolvimento - CAD, deste Tribunal, para as devidas anotações com vistas a servirem de subsídio quando da apreciação das Contas de Gestão do Governador, relativa ao Exercício de 2002, atribuição de sua competência, especialmente no que diz respeito a aplicação de recursos na com saúde (função 10), através de descentralização da execução de créditos orçamentários, do Fundo Estadual de Saúde - FES, para a Secretaria de Agricultura, Abastecimento, Pesca e Desenvolvimento do Interior - SEAAPI, visando a implementação do Programa Compartilhar/Cheque Cidadão - Trabalhador Rural, nas regiões Norte e Nordeste do Estado do Rio de Janeiro, conforme consignado no Item XVI, deste Relatório.

4 - Pelo **ARQUIVAMENTO** do presente processo.

À Sua Consideração.
5ª IGE, em 22 de abril 2003.

Marcos Paulo do Nascimento
Assistente
Matr. 02/3111

TCE-RJ
PROCESSO N.º 104.885-5/03
RUBRICA 2 FLS. 46

Sr. Inspetor Geral

Trata a presente informação sobre a inspeção Ordinária realizada na SEAAPI, relativa ao período de 01/01/2003 a 11/04/2003. Após exame do Relatório, elaborado pela Equipe de Inspeção, exporemos de forma resumida as principais questões levantadas.

Preliminarmente, face à exiguidade de tempo para a apreciação das Contas de Gestão do Governo do Estado, referentes ao Exercício de 2002, que seja o presente relatório encaminhado à Coordenadoria de Auditoria e Desenvolvimento -CAD, para ciência dos fatos apontados no item XVI, às fls 33 a 43.

A seguir cabe realçar que da análise do item XVI -Aplicação de recurso na Área de Saúde - ensejará determinação quanto ao fortalecimento do controle do Programa Compartilhar/Cheque Cidadão.

As questões levantadas deveram-se, em sua maioria, a faltas de rotinas apropriadas de controle de informações de atos e bens, cuja verificação será realizada na próxima inspeção realizada no órgão.

Com isso, estamos de acordo com a conclusão do relatório da equipe de inspeção.

À Sua Consideração.

5ª. IGE, 08 de maio de 2003.

Carlos Alberto de Magalhães
Inspetor Setorial
Mat.02/3017

Sr. Subsecretário-Adjunto de Controle Estadual

De acordo, ratifico a informação retro apresentada, na forma proposta.

A consideração de V.Sª
5ª IGE - Em 08/05/03
Eloi Angelo Cordeiro
Inspetor Geral
MATR.02/1747